

A EXPANSÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E O SURGIMENTO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS NA ZONA RURAL: O CASO DO LOTEAMENTO TAQUARI

MSc. Adriana de Almeida Colvero (*)
Rosa Maria de Sousa Santos (**)

INTRODUÇÃO

A região do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul está localizado a leste do estado de São Paulo (Figura 01). Essa região teve inicialmente, entre o século XIX e início do século XX, a organização do seu espaço voltado para atividades agropecuárias. Uma cultura agrícola que marcou a região, frente ao mercado internacional, foi a cafeicultura, a qual impulsionou o crescimento e também a formação de núcleos urbanos.

A intensificação do setor urbano-industrial a partir da década de 40 deste século, contribuiu para o enfraquecimento das atividades agropecuárias. O projeto urbano-industrial, fez parte das diretrizes da geopolítica interna do Estado brasileiro e segundo Bertha Becker (1988), os “impulsos do capital industrial e monopolista foram direcionados para a região neste momento, o Estado brasileiro passa a ser um direcionador e estimulador do complexo industrial e da pesquisa científica e tecnológica para cidades que eram focos das políticas regionais e urbanas do Estado”. Dentre as cidades, destaca-se São José dos Campos e para dar início ao projeto instalam-se: o Centro Técnico Aeroespacial (1950), um projeto geopolítico do Ministério da Aeronáutica que vai abrigar alguns institutos de fomento para as indústrias bélicas; o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1950), para a formação de engenheiros; o Instituto de Pesquisas Espaciais (1961), com pesquisas atmosféricas e aeroespaciais e em 1969, é criada a EMBRAER, em princípio, no contexto da Guerra Fria, uma empresa fabricante de aviões militares e hoje, dedica-se principalmente à fabricação de aeronaves civis. Esses foram os projetos que fizeram parte da articulação ensino-pesquisa-indústria, ou seja, um ponto de partida para a instalação na cidade e região de novas indústrias de diversos portes e ramos.

Assim, o processo de urbanização da cidade, a partir da década de 40, está ligado ao fortalecimento do setor industrial e também do setor terciário, os quais contribuíram para a entrada de migrantes vindos de várias regiões do país acrescentando e muito no incremento populacional e na expansão territorial da cidade de São José dos Campos.

A Produção do Espaço

A região do Médio Vale do Paraíba e conseqüentemente o município de São José dos Campos são expressões do espaço geográfico pois, “o espaço geográfico é considerado como totalidade” (Silva, A. C.:1978) e, para entender-se as partes deve-se ter a noção do todo. Segue-se assim, uma abordagem materialista histórico-dialética e estrutural a partir do momento que São José dos Campos é vista como uma sub-totalidade que faz parte de uma realidade total mas, é uma estrutura subordinada e autônoma pelo fato de estar dotada de determinações que lhe são próprias.

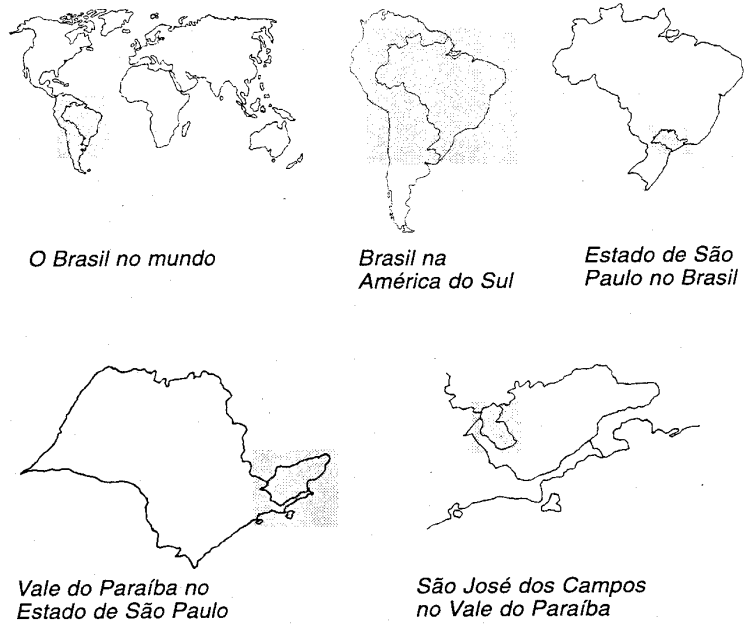
O espaço é visto através das transformações inerentes ao processo histórico, das dialéticas relações históricas. Ao indagar-se sobre a problemática do subdesenvolvimento, conclui-se que no Brasil, o processo de regionalização é um fato sócio-cultural, o espaço é uma construção endógena, fruto das formações e transformações identitárias do lugar mas, é também, uma construção política e econômica. As verticalidades, de que fala Milton Santos (1998), são os nós de uma rede mundial a qual opera sistemas em espaços escolhidos ao talante das grandes empresas hegemônicas. Então, a heterogeneidade interna a cada região, é produto social local mas também, resultado dos interesses dos atores hegemônicos dentro da economia capitalista e das elites locais.

(*) Professora nos cursos de Geografia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

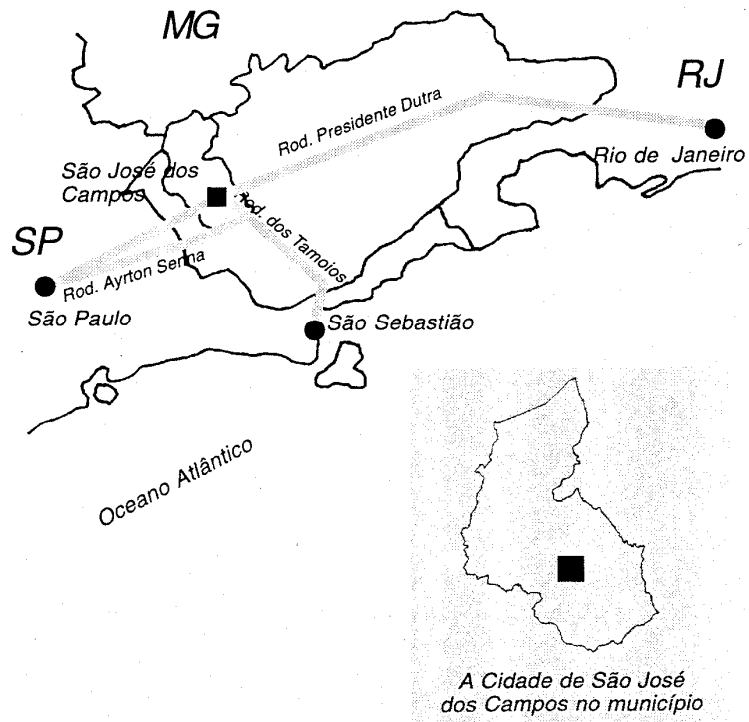
(**) Graduada em Geografia pela UNIVAP.

FIGURA 1

Localização



Localização no Vale do Paraíba



FONTE: São José em Dados (1998)

Seguindo essa análise, chega-se ao enfoque colocado por Francisco Oliveira (1977), quando discorre sobre a reprodução do sistema capitalista em nível regional, declarando “que as diversas formas de reprodução do capital conformariam regiões distintas” e, continua, que não se tratam de “tipologias de regiões” mas sim, de uma “tipologia do capital” o qual submete as regiões aos interesses do mercado.

Para Roberto Lobato Corrêa (1996) o espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. Como um espaço fragmentado, “caracteriza-se pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. Na grande cidade capitalista estas paisagens e usos originam um rico mosaico urbano constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, subcentros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas à especulação visando a futura expansão”. É claro que a organização espacial sob a ótica da fragmentação pode ser, dependendo dos lugares, mais ou menos identificável e precisa mas, ela existe, em grande parte, porque essa fragmentação e conseqüentemente a sua articulação, estão submetidas aos interesses dos agentes modeladores do espaço como o Estado e principalmente, as grandes corporações capitalistas.

O interesse do capital hegemônico no meio urbano está voltado para toda e qualquer atividade econômica rentável uma delas, a qual realimenta-se do próprio desenvolvimento da cidade, é o setor imobiliário. E assim, áreas do município que foram um dia destinadas às atividades agropecuárias e que hoje passam por um processo de estagnação, são alvos dos interesses do capital imobiliário evidenciando que a expansão da área urbana é conseqüência da elevada concentração geográfica de atividades e da população.

O Processo de Urbanização de São José dos Campos

O território do município de São José dos Campos abrange uma área de 1.118 km² sendo que a área urbana ocupa 296,97 km² (site: www.sjc.com.br; 31/05/2000). O município passou por expressiva taxa de crescimento demográfico, a partir da década de 50, resultado da implantação de um parque industrial diversificado. Em 1960, São José dos Campos contava com 72 indústrias, em 1980 já eram 390 e, em 1994 chegou ter 748 indústrias. Mas, com o processo de descentralização das indústrias de grande porte as quais passam a dirigirem-se para outras áreas do país, esse quadro muda pois, em 1998, a cidade contava com 726 indústrias ocupando 24,1% da população economicamente ativa (Cadastro Industrial. PMSJC;1998). Mesmo assim, na medida em que toma impulso o processo de industrialização e das atividades do setor terciário, o quadro demográfico começa a reverter-se, registrando um sensível crescimento da população urbana sobre a população rural (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução da População de São José dos Campos, 1940-1996.

<i>Período</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Taxa de Urbanização</i>
1940	36	14	21	40,0
1950	279	474	805	59,0
1960	804	600	204	73,0
1970	533	882	651	89,0
1980	332	482	850	96,0
1990	513	901	612	96,2
1991	984	132	852	95,1
1996	467	729	738	

Fonte: IBGE – Informes Demográficos, 1940-1996.

Um dado importante a ser destacado a partir da tabela acima foi que, no período de 1970 a 1980, houve um incremento populacional total de 139.181 habitantes, 42% era de incremento vegetativo e 58% de incremento migratório (INPE e CODIVAP; 1992). E na década de 80, o município recebeu 59.290 migrantes (Antico e Leal; 1993) Esse fato pode ser explicado pelo dinamismo das atividades urbanas que atraiu a mão-de-obra excedente do campo, dos municípios menores da região e também dos municípios do sul do estado de Minas Gerais, bem como de outras regiões do país. Quanto aos dados da população rural, instável nos referidos períodos, faz indicar que a população rural ainda é confundida com a chamada população agrícola que é a que vive na cidade e dispõe os seus serviços para os empreendimentos agropecuários sendo ela: os bóias-frias, os agrônomos, veterinários, ou seja, a mão-de-obra temporária.

Verificando-se as informações, pode-se pensar nos processos que permitem o aprofundamento da análise sobre a expansão urbana de São José dos Campos que é conseqüência das necessidades de

uso e ocupação do solo urbano, oriundas das tentativas de otimização do desenvolvimento social e econômico como: implantação de fábricas, de comércios e serviços, avenidas e viadutos e loteamentos residenciais. Dos loteamentos residenciais vão surgindo bairros de luxo e bairros pobres, formando um tecido urbano fragmentado, segregacionista e desordenado.

Este meio urbano é resultado da “superposição das muitas iniciativas públicas e particulares não-reguladas e não-coordenadas” (Sposito, M.E;1989), perpetuando assim o processo caótico da expansão urbana da cidade que vai abrigando e oferecendo à maioria dos indivíduos uma situação precária de moradia e infra-estrutura nos novos bairros e loteamentos que surgem. Pois sabe-se, que o poder aquisitivo é um dado indicativo da qualidade de vida de uma população. População esta incluída nos 64,9% da mão-de-obra ocupada que percebem até 6 salários mínimos (1 salário mínimo = R\$151,00 ou U\$79,00) (PDDI-SJC;1994). Evidenciando, como coloca Milton Santos (1993), que o “fenômeno da macroubanização (...) ganhou, nas últimas décadas importância fundamental: concentração da população e da pobreza”.

A Formação dos Loteamentos Clandestinos em São José dos Campos

Com a promulgação de uma lei federal de 1979, passa a ser considerado crime contra a Administração Municipal a realização de loteamentos clandestinos ou irregulares. Com a legislação de parcelamento e uso e ocupação do solo urbano de 1980 exigia-se por parte do setor imobiliário, a implantação de infra-estrutura nos loteamentos a serem abertos. Nesse momento também, cria-se a Empresa Municipal de Habitação, quando o poder público passa a implantar um programa visando suprir a demanda habitacional para a população de baixa renda. Após a implantação de um conjunto habitacional, o programa sofre uma paralisação, sendo retomado a partir de 1987, com a implantação de alguns outros conjuntos habitacionais. Ao todo, foram construídas 4.800 unidades domiciliares. Mas, sabe-se que ainda há uma carência habitacional muito grande para atender a população de baixa renda, pois o déficit habitacional estava em 20.000 unidades residenciais, segundo informações da Prefeitura Municipal (Antico e Leal;1993).

Foi a partir de 1984 que começaram a surgir e proliferar no município os chamados loteamentos clandestinos. Segundo informações da prefeitura de São José dos Campos, até junho de 1996, constataram-se 110 loteamentos clandestinos ao lado dos 300 bairros e loteamentos legalizados existentes na cidade.

Com relação aos loteamentos clandestinos situados no perímetro rural, foram constatados 21 loteamentos abrigando ao todo, 1.907 habitantes.

Os loteamentos clandestinos, de um modo geral, apresentam características semelhantes: arruamentos com condições insatisfatórias de tráfego; inexistência de infra-estrutura de drenagem ocasionando deslizamentos de encostas e alagamento de ruas, em épocas de chuva; as moradias são construídas em regime de auto-construção sem acompanhamento técnico; ausência de equipamentos como postos de saúde, escolas, transporte coletivo e de infra-estrutura básica como rede de água e esgoto, coleta de lixo dentre outras necessidades coletivas. O que demonstra que estes loteamentos, por serem clandestinos e não reconhecidos dentro das normas vigentes estabelecidas pelas políticas públicas territoriais, não são incluídos na redistribuição dos recursos públicos os quais, poderiam sanar as carências mínimas de infra-estrutura e serviços públicos em que essas áreas encontram-se, já que o setores imobiliários juntamente com o poder público são também responsáveis por essas ocupações, ausentando-se de todo e qualquer compromisso para tais tarefas.

O Loteamento Taquari

A região norte do município de São José dos Campos onde encontra-se o loteamento Taquari (Figura 02), apresenta como característica física, um relevo acidentado constituído de montanhas, serras e picos e uma rede hidrográfica bastante rica. Nessa mesma região, encontram-se três áreas de preservação ambiental. A área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira, a da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com área de 37,88 km² e a Reserva Florestal Augusto Ruschi com uma área de 2,46 km².

A zona rural do município apresenta uma área de 681,67 km² (PMSJC; 1999). O setor rural, bastante enfraquecido a partir da década de 70, tem contribuído com a economia através da pecuária leiteira, com 23.902 ha ocupados por pastagens naturais e artificiais (Censo Agropecuário; 1996) e também a silvicultura, com 10.340 ha ocupados por eucaliptos (PDDI-SJC;1994).

Diante deste quadro, parte da zona rural que está situada na região norte do município, passa a atrair pessoas interessadas em adquirir propriedades para formar chácaras destinadas preferencialmente ao lazer.

O parcelamento do solo para a formação de loteamentos clandestinos, também é uma realidade da ocupação da zona rural. O setor imobiliário vem aproveitando-se, cada vez mais, da necessidade de expansão territorial da cidade, para oferecer lotes a uma população carente e pouco informada, ou mesmo interessada em obter maiores informações sobre as condições legais do terreno, o qual está adquirindo. Por outro lado, o poder público parece não chegar a tempo de fiscalizar as ações do setor privado – o que demonstra, como disse Milton Santos (1987), que “as relações atuais entre as firmas e o poder público atribuem às empresas um certo poder de regulação da vida social”.

Seguindo essa lógica, por volta de 1986, uma área de 968.000 m² situada na região, é dividida em 910 lotes para constituir o Taquari. Até o momento, são 46 lotes ocupados por moradores que não estão de posse da escritura definitiva da propriedade.

O que foi observado empiricamente, é que o loteamento encontra-se desprovido de: pavimentação, guias e sarjetas; um sistema de drenagem para escoamento das águas das chuvas; rede de esgoto, pois, os resíduos correm a céu aberto ou são lançados nos córregos mais próximos; abastecimento de água fazendo com que os moradores utilizem-se de minas ou poços d'água e ligação de energia elétrica, já que a iluminação de casas e ruas é feita por ligações clandestinas. Serviços básicos, como posto de saúde e escola, estão disponíveis nos bairros mais próximos ao centro da cidade e quanto ao transporte coletivo, ônibus, em número insuficiente, segundo os moradores, circulam na via de acesso principal ao loteamento.

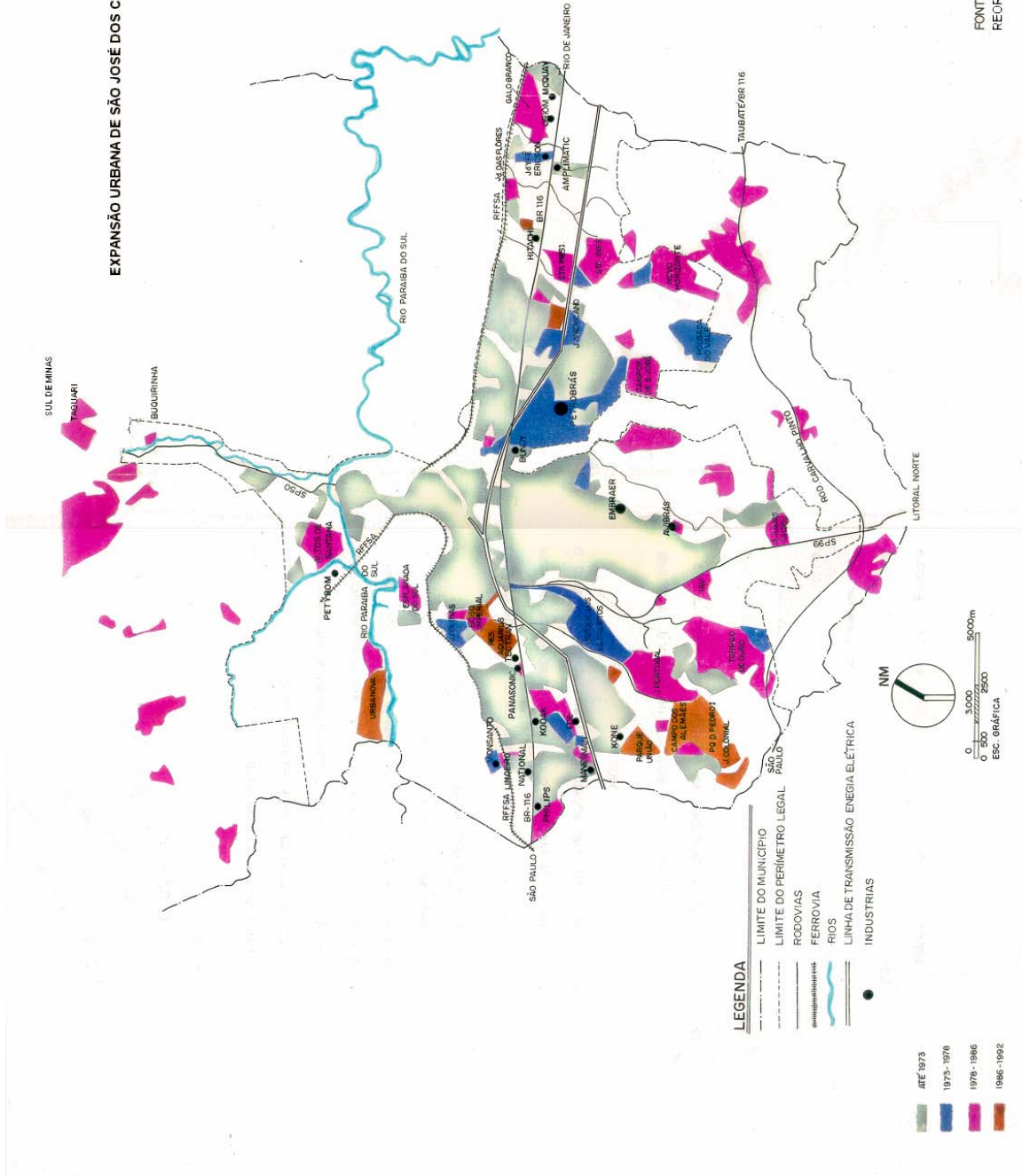
Para obter-se um perfil sócio-econômico da população residente, foram aplicados questionários em 30 domicílios. Cabe ressaltar que não foi possível aplicá-los aos 16 domicílios restantes dado ao fato dos moradores encontrarem-se ausentes nos momentos da pesquisa de campo. Mesmo assim, a amostra é válida.

Em relação à situação da moradia, 70% dos imóveis são de “propriedade” do morador, 22% são alugados e 8% cedidos. Quanto ao local de moradia anterior, 90% declararam ter vivido em bairros mais próximos ao centro da cidade e 10% moravam em sítios na região, sendo que desse mesmo montante, 90% dos chefes de família ocupam atividades no setor terciário formal ou informal como: pedreiros, pintores de paredes, balconistas, domésticas, motoristas e vendedores ambulantes ou fixos nas ruas, destes, 20% têm registro em carteira de trabalho e os 10% restantes trabalham em serviços sazonais oferecidos pelo setor primário. Quanto ao grau de instrução, constatou-se que 75% não concluiu o 1º grau e 15% tem o 1º grau completo e os outros, não são alfabetizados. E por fim, foi constatado que o rendimento mensal não ultrapassa 5 salários mínimos.

Analisando os dados e informações disponíveis no âmbito do município e do loteamento, pode-se refletir sobre a dinâmica territorial em que se encontram as cidades – principalmente as médias e grandes cidades do país. A lógica do capital especulativo e as políticas públicas vigentes contribuem para a formação de um espaço segregacionista. Para a população mais pobre são ofertadas as áreas já previamente consideradas em segundo plano pelo mercado imobiliário, ou seja, áreas com topografia bastante acidentada, distante da malha viária construída, dentre outros fatores já citados. Assim, indivíduos com uma posição desvantajosa quanto a situação de renda, nível de instrução e atividade produtiva, ocupam os lugares destinados à exclusão social. Enfim, indivíduos e lugares inseridos nos planos da organização sócio-espacial desenhada por alguns atores.

FIGURA 02

EXPANSÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1973 a 1992



FONTE: PLANO DIRETOR 1994
REORGANIZADO PELAS AUTORAS

CONCLUSÃO

São José dos Campos é uma cidade que cresceu em área e população nas últimas décadas, permitindo evidenciar a fragmentação do espaço urbano e a segregação sócio-espacial de pessoas e lugares. Esse fato vem demarcar o quadro da exclusão social e do crescimento desordenado da cidade.

O poder público e o setor imobiliário ao mancomunarem-se, vão enviesando projetos e interesses particulares. As pretensões e ações do setor imobiliário sobre o território podem e são renegociadas a todo instante, junto ao poder público e sobre as legislações vigentes.

Mesmo assim, dessas discussões não saem efetivas soluções aos bairros e loteamentos mais pobres, de onde a população reclama para ser atendida em suas demandas básicas. Do simples fato desses bairros e loteamentos existirem, requer-se o compromisso de assistência por parte de seus proponentes.

Para o processo de urbanização da cidade faz-se necessária uma nova ação pública que persiga a equidade na organização sócio-espacial, acrescentando nas políticas públicas a preocupação de destinar recursos para os lugares carentes. Sem uma visão de conjunto do espaço urbano e sem a necessária boa vontade por parte dos que atingem o poder, torna-se difícil solidificar uma margem de desenvolvimento urbano sonhada por todos os habitantes que buscam a felicidade na cidade.

BIBLIOGRAFIA

- Antico, Cláudia e Leal José L. Migração em São Paulo. NEPO e UNICAMP, Campinas, 1993.
- Becker, Berta. A Geografia e o Resgate da Geopolítica in: Revista Brasileira de Geografia. 50 (2) pp: 99-125. Rio de Janeiro. 1988.
- Corrêa, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Bertrand-Brasil, Rio de Janeiro, 1996.
- IBGE. Informes Demográficos. IBGE, 1996.
- IBGE. Censo Agropecuário in: <http://www.ibge.gov.br> (23/10/2000). IBGE, 1996
- INPE e CODIVAP. Macrozoneamento do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo. São José dos Campos, 1992.
- Oliveira, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1977
- Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. S.J.Campos, 1994.
- Santos, Milton. O Espaço do Cidadão. Nobel, S. Paulo, 1987.
- Santos, Milton. A Urbanização Brasileira. Hucitec, S.Paulo, 1993.
- Santos, Milton. A Natureza do Espaço. Hucitec, S. Paulo, 1996.
- Silva, Armando Corrêa. O Espaço Fora do Lugar. Hucitec, S.Paulo, 1978
- Sposito, Maria E. B. Capitalismo e Urbanização. Contexto, S. Paulo, 1989.